

ACTA nº 23/XII/ 1.ª SL

Em 3 de Janeiro de 2012, pelas 17 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte

Depois de verificado o quorum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com a seguinte

Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução nº 12/XII/1ª - Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adoptada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954.

Proposta de Resolução nº 13/XII/1ª - Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apatridia, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961.

3. Apreciação de Pareceres.

4. Discussão do Projecto de Resolução nº 140/XII/1ª do BE - "Recomenda ao Governo que rejeite a adesão da Guiné-Equatorial na CPLP".

5. Apreciação do acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum (PESC) e da política comum de segurança e defesa (PCSD).

6. Aprovação da acta nº 22, da reunião de 20 de Dezembro de 2011.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

7. Outros assuntos.

Ponto nº 1 da OD

O Senhor Presidente da Comissão desejou bom ano e felicidades políticas a todos os Senhores Deputados e informou que na próxima reunião agendará a realização de uma conferência sobre as privatizações.

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou terem dado entrada na Comissão:

- a Proposta de Resolução nº 12/XII/1ª - Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adoptada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer, e
- a Proposta de Resolução nº 13/XII/1ª - Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apátridias, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer.

Ponto nº 4 da OD (esta parte da reunião foi gravada e o seu registo áudio faz parte integrante da acta)

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares desejou o bom ano, procedeu à apresentação do Projecto de Resolução (PJR) n.º 140/XII (1.ª) – (BE) de que é proponente, fundamentando-o, e referiu-se à posição do Presidente da República e a recentes acções de censura política do Governo da Guiné-Equatorial de informações sobre a Revolução Árabe.

A Senhora Deputada Mónica Ferro desejou um bom ano muito trabalhoso e cheio de sucessos, afirmou não perceber a oportunidade desta iniciativa, recordou o processo já

decorrido de admissão da Guiné-Equatorial na CPLP e as exigências dos artigos 5º e 6º dos estatutos da CPLP, e entendeu dever esperar pelo relatório de progresso de Julho de 2012. Declarou preocupar-se com o cumprimento destes artigos 5º e 6º, em relação aos Direitos Humanos, ao Estado de Direito, às reformas democráticas e à Língua Portuguesa. Concluiu este Projecto de Resolução ser extemporâneo, preferindo esperar por progressos e pelo relatório da CPLP.

O Senhor Deputado José Lino Ramos desejou o bom ano com sucessos pessoais, concordou com a anterior intervenção e considerou inaceitável a pressão sobre o Chefe de Governo e o Chefe de Estado, não se revendo nesta iniciativa, que considerou visar a marcação da agenda política do BE e que irão votar contra.

O Senhor Deputado Pedro Silva Pereira referiu-se ao processo de adesão na CPLP e considerou que o BE, não esperando pelo relatório de progresso da CPLP, propõe uma ruptura deste processo, e que tal seria uma decisão extemporânea, sem bases concretas para a antecipação da posição da Assembleia da República, que tem competências nesta matéria. Entendeu que o processo diplomático decorre e não deve ser interrompido, e que o proponente não tem razão para crer que as condições da CPLP não venham a ser aplicadas. Disse que não deixará de acompanhar as informações e anunciou o voto contra.

O Senhor Deputado Bernardino Soares referiu que a Assembleia da República tem competências na alteração de tratados internacionais e analisou o fundamento da CPLP e o estatuto em que a Guiné-Equatorial aí deva ser colocada, a nível da língua e não como comunidade económica. Considerou que a CPLP não deve ser uma OPEP do golfo da Guiné, explicando, e que não faz sentido a integração da Guiné-Equatorial na CPLP.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares refutou a crítica de extemporaneidade da iniciativa apresentada por a Assembleia da República ter sempre esta competência, estranhou não serem tiradas conclusões dos relatos de vários observadores internacionais e ONGs de falta de respeito dos Direitos Humanos na Guiné-Equatorial

e previu que, em meio ano, só por milagre o Português seria falado, a violação dos Direitos Humanos cessaria e a Democracia seria imposta na Guiné-Equatorial.

A Senhora Deputada Mónica Ferro, respondendo ao Senhor Deputado proponente, disse que o PSD partilha das inquietações do BE, admitindo que os progressos são demasiado lentos, sendo o Português a 3ª língua oficial da Guiné-Equatorial, comparando com a situação na Commonwealth e na Organização Internacional da Francofonia, e concluiu que o próprio processo de candidatura exerce uma pressão positiva sobre a Guiné-Equatorial, esperando um respeito dos princípios fundamentais da CPLP.

O Senhor Deputado Ferro Rodrigues admitiu que esta iniciativa corre o risco de ter os efeitos opostos aos pretendidos, devendo a Assembleia da República acautelar que tal não aconteça.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares considerou que a discussão havida é suficiente para a votação em Plenário e solicitou ao Senhor Presidente da Comissão a celeridade habitual na tramitação deste projecto de resolução para o Plenário, tendo

o Senhor Presidente da Comissão concordado.

Não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou a discussão do acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum (PESC) e da política comum de segurança e defesa (PCSD) nos documentos distribuídos, referindo esta questão já ter sido discutida por outras comissões.

A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira desejou as melhores felicidades pessoais, recordou que esta questão fora muito discutida na anterior legislatura e disse acompanhar as propostas feitas pelas Comissões de Defesa nacional e de Assuntos

européus, apoiando a resolução da Assembleia da República, garantindo a representação das 3 Comissões, e acompanhando o agendamento posterior desta questão.

A Senhora Deputada Mónica Ferro interveio, concordando com a intervenção anterior, recomendou que a Comissão seja adequadamente representada na composição da delegação da Assembleia da República, sublinhando a respectiva competência nesta matéria, e afirmou rever-se no trabalho feito.

O Senhor Deputado Bernardino Soares recordou o anterior processo e as posições discordantes assumidas perante a Resolução nº 85/2011, nomeadamente em relação à representação de todas as forças políticas, e considerou que esta matéria carece de ser devidamente ponderada em futuro próximo.

O Senhor Deputado Ferro Rodrigues referiu-se a discordâncias sobre a representação do Parlamento Europeu e manifestou interesse em conhecer as posições de outros parlamentos, dialogando com o Senhor Presidente da Comissão que concordou com a divulgação dessa informação disponível.

O Senhor Deputado José Lino Ramos recordou a posição do CDS/PP de reserva à Resolução aprovada quanto à representação da Assembleia da República e disse esperar que, em Conferência de Líderes, venha a ser garantida a representação de todos os grupos parlamentares.

O Senhor Presidente da Comissão perspectivou a apreciação desta questão em Conferência de Líderes e sublinhou o princípio da igualdade entre comissões parlamentares e a abrangência da Comissão nesta matéria.

Ponto nº 7 da OD

O Senhor Presidente da Comissão registou que, não havendo objecções à acta nº 22, da reunião de 20 de Dezembro de 2011, em apreciação, esta se considerava aprovada, o que não suscitou oposição dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP, tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares referido a ausência do BE nessa reunião.

A reunião foi encerrada às 17 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 6 de Janeiro de 2012.

O Presidente da Comissão



(Alberto Martins)